

FORMAÇÃO BIBLIOTECÁRIA NO CONTEXTO AFRICANO: OLHARES DE GUINÉ-BISSAU¹

LIBRARY EDUCATION IN THE AFRICAN CONTEXT: GUINEA-BISSAU'S VIEWS

Iaguba Djaló
Biblioteca Pública Nacional e Arquivos Históricos de Guiné-Bissau

RESUMO

Este artigo pretende analisar a situação de formação dos Bibliotecários e profissionais da informação em África desde as suas origens até hoje, a partir de levantamento bibliográfico da literatura existente e disponível sobre o assunto, com destaque para a realidade da Guiné-Bissau. O trabalho analisa a carreira dos profissionais de bibliotecas e serviços de Informação/Documentação na Guiné-Bissau, refletindo-se sobre as suas identidades, perfis, competências, visibilidade social, expectativas, dilemas e a forma como vão desenvolvendo estratégias de sobrevivência face a novos desafios da tecnologia de informação e comunicação. Abordam-se as dinâmicas do sistema de biblioteconomia e ciências de informação frente aos desafios que se impõem à sociedade do conhecimento, em constante evolução. Apresentam-se alguns pontos para reflexão sobre a óbvia necessidade de aperfeiçoamento da comunidade bibliotecária e Arquivística na Guiné-Bissau.

Palavras-Chave: Ciência da informação. Biblioteconomia – África. Lusofonia. Formação profissional. Guiné-Bissau.

ABSTRACT

This article aims to analyze the training situation of librarians and information professionals in Africa from its origins until today, based on a bibliographic survey of the existing and available literature on the subject, with emphasis on the reality of Guinea-Bissau. The work analyzes the career of professionals in libraries and Information/Documentation services in Guinea-Bissau, reflecting on their identities, profiles, skills, social visibility, expectations, dilemmas and the way in which they develop survival strategies in the face of new challenges of information and communication technology. The dynamics of the librarianship and information sciences system are addressed in the face of the challenges that are imposed on the knowledge society, in constant evolution. Some points for reflection on the obvious need for improvement of the library and archival community in Guinea-Bissau are presented.

Keywords: Information Science. Librarianship – Africa. Lusophony. Professional qualification. Guinea Bissau.

¹ Texto apresentado em formato de palestra no I Encontro Internacional de Bibliotecárias(os) Negras(os) e Antirracistas, em agosto de 2021. O mesmo encontra-se escrito em português de Guiné Bissau.

1 INTRODUÇÃO

O espaço que nos é atribuído para apresentar esta comunicação e a literatura de que dispomos não permite abordar todos os aspetos que caracterizam o ensino da Biblioteconomia e Ciência da Informação no continente africano numa perspetiva comparativa. Assim, fazemos uma abordagem resumida sobre as origens de cursos de biblioteconomia e Ciências da informação nas sociedades africanas tão caracterizadas pelas desigualdades de oportunidades.

Antes, porém, de começarmos a abordar directamente o tema que nos é solicitado, gostaríamos em jeito de introdução apresentar a evolução histórica das bibliotecas em Africa subsaariana sem pretender fazer uma análise exaustiva sobre a situação.

Em Africa, a história do livro e das bibliotecas em particular é um fenómeno relativamente recente. A sua existência pode ser descrita como consequência da implantação progressiva, pelo império colonial, de serviços administrativos, judiciais, militares, religiosos e educativos, embora tenha havido registos de patrimónios documentais decorrentes de tradições e crenças religiosas dos grupos sociais deixados pelas civilizações, antes da dominação colonial.

Hoje no entanto, com as formas eletrônicas estão surgindo, novos tipos de bibliotecas para complementar e enriquecer os recursos de informação das bibliotecas tradicionais, o que tem alterado significativamente as formas de atuação de bibliotecários e Arquivistas enquanto mediadores da informação.

Dessa forma, os profissionais da informação são interpelados para acompanhar as evoluções científicas, tecnológicas e sociais, precisando de possuir profundos conhecimentos que lhes permitam ter o domínio das tecnologias de Informação.

2 ANÁLISE COMPARATIVA DE MODELOS DE FORMAÇÃO EM ÁFRICA

A formação de quadros está intimamente ligado à história colonial, a sua africanização pode ter sido pensada antes da criação de Organização da Unidade Africana (OUA) em 1963. A educação estava ainda na sua fase embrionária ou inexistente na maioria dos países tendo acedidos à independência nos anos 1960, altura em que a África passava uma rápida transformação no plano social, político e económico.

Foi nesta base, que a primeira conferência de chefes de Estado se dedicou à tarefas imediatas para determinar os objectivos e as metas quantitativas e qualitativas da educação a curto termo (1961-

1965) e a longo termo (1961-1980). Assim, conforme a resolução 1.2322 da UNESCO adotada na sua décima primeira sessão da Conferência Geral em 1961, teve lugar a primeira reunião dos ministros da educação dos Estados Africanos em que foi discutido e adotado pela conferência dos Chefes de Estado posteriormente denominado Plano Adis-Abeba. São anos considerados a primeira tentativa falhada de criação de uma organização política continental.

O esboço do plano para o desenvolvimento da educação em África, foi concebido a fim de favorecer o crescimento económico e o progresso social no continente. A conferência tinha como objectivos fundamentais dar aos Estados Africanos uma ocasião para definirem as suas necessidades prioritárias em matéria da educação. Participaram nesse fórum 39 governos africanos de pleno direito, 24 observadores, 10 organizações internacionais e 24 ONGs. No fim, foi elaborado um plano de acção para os próximos anos. Plano esse que contemplava entre outros aspectos, fomentar a promoção e criação de bibliotecas e a formação de profissionais bibliotecários e Arquivistas.

Durante os últimos anos, a expressão «sociedade da informação» nos discursos políticos e em alguns discursos académicos, tem vindo a ser substituído pela «expressão sociedade do conhecimento» destes conceitos, operam necessariamente mudanças no sistema educativo um pouco por todo o mundo, e também, volta a ter reflexos no continente africano. A educação vem assim constituindo preocupação dos responsáveis africanos.

Partindo de reflexos do novo contexto global, e tendo como pano de fundo o contexto específico do continente africano, surgem novos desafios que visam acompanhar as transformações no sistema de ensino e nas actividades educativas de maneira geral, as estratégias de educação voltaram a constar da agenda dos dirigentes do continente. Criaram-se em todo o continente, organizações regionais e programas complementares em áreas de interesses e de influências linguísticas.

3 EXPERIÊNCIAS DA ÁFRICA FRANCÓFONA E ANGLÓFONA

A implantação progressiva de novas estruturas de documentação como bibliotecas escolares e universitárias pós independência, exige dos novos governos pessoas qualificadas. É neste quadro que foi criado com ajuda da UNESCO, em 1963 o Centro Regional de Formação de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas na Universidade de Dakar, para formar profissionais dos países Francófonos da Africa, que depois deu lugar à escola de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas EBAD em 1967, que já formou até 2003 mais de dois mil profissionais (GAYE, 2008).

Diferentemente da situação francófona, a teoria da gestão do conhecimento no espaço anglófono da África Ocidental remonta do período antes da independência, na perspectiva do Bryan Hood (1962), o sector académico da área de biblioteconomia e Ciência da Informação teria começado a se institucionalizar com a criação da escola de formação de bibliotecários no Ghana (ex- Costa de Ouro) em 1945 com o apoio do *British Council*, mas, de forma limitada e localizada.

Logo de seguida, isto é em 1960, surge o *Department of Library Studies* na Nigéria, e no ano seguinte em 1961 criou-se o *Department of Library Studies* integrado à Universidade do Ghana que formava profissionais de bibliotecas e dos Arquivos.

Nas últimas décadas, tem havido um pouco por toda a África imenso crescimento e expansão de escolas de Biblioteconomia e Ciências da informação, fazendo progressos apesar de constrangimentos de várias ordens com seus ritmos e estilos próprios. A necessidade de preparação profissional formal além da graduação, já começara a se fazer sentir.

4 SITUAÇÃO NO ESPAÇO LUSÓFONO DA ÁFRICA

A grande maioria dos países lusófonos da África é devastada por longas guerras pela independência, além da instabilidade e violentos conflitos internos no pós-independência. A política colonial nunca permitiu o acesso em massa à cultura e à instrução aos africanos. Tal fenómeno explica em medida considerável as razões por que na África Lusófona nunca existiu uma política voltada à promoção e criação de instituições – diga-se redes de bibliotecas de leitura pública² e Arquivos que pudessem, de algum modo, fomentar praticas à leitura, a semelhança dos países de outras ex-colónias.

Essa dura realidade, coloca as seguintes questões nas áreas em foco: como formar uma geração de quadros gestores das infraestruturas documentais para suprir as lacunas que a administração colonial havia deixado? Submetidas à condição de avançado grau de deterioração provocado pelas guerras. Como construir novas bibliotecas e novos serviços de informação e documentação?

A resposta a essas questões, pode ser encontrada no quadro das relações que esses países mantinham com o então bloco socialista, mais especificamente com ex-União Soviética e Cuba de onde foram buscar apoios para formar seus quadros, sendo que muitos dos que retornaram a seus países de origem se engajaram na reorganização e reconstrução das bibliotecas e serviços de informação.

² Instituições através das quais se procura desenvolver uma rede integrada, enquanto recursos educativos, informativos diversificados e de lazer actualizados, proporcionando o acesso universal a todos

A partir da década de 1970, na esteira do colapso final do império português (entre 1974- 1975), começaram os processos de independência, a área de bibliotecas e documentação era assegurada por poucos profissionais qualificados e sem formação técnica específica. Angola e Moçambique são dois casos de países lusófonos que após as suas independências conheceram o recrudescimento de guerra civil, o facto que, em certa medida, teria provocado a fuga de alguns profissionais. A Guiné-Bissau teve uma situação semelhante quando da guerra civil que o país sofreu durante um ano, entre junho de 1998 a dezembro de 1999, onde as instalações da Biblioteca e Arquivos Históricos do INEP foram ocupadas e transformadas em um quartel militar.

Angola, independente nos finais de 1975, segundo **Roberto L. dos Santos Júnior (2014, p. 8)** teria começado entre 1975 e 1980, um considerável processo de reorganização estrutural tanto nas bibliotecas públicas como nos cursos e institutos em Biblioteconomia e Documentação no país.

Enquanto em Moçambique decorriam cursos de documentação administrados pela Universidade Eduardo Mondlane, na primeira metade dos anos 1980, antes da criação do Instituto Médio de Ciências Documentais - CIDOC em meados 1998 para responder à situação de estrangulamento no desenvolvimento das unidades documentais do país (bibliotecas, arquivos e centros de documentação). Os restantes outros países lusófonos (Guiné-Bissau, São-tomé e Cabo-Verde), fazem face à ausência de quaisquer outras alternativas locais de nível medio e superior, contentam-se com ações de formação esporádicas de curta duração, sendo que vários profissionais ligados a bibliotecas, arquivos e documentação concluem especializações no estrangeiro a grande maioria em países como Brasil e Portugal.

Com o advento da chamada “Sociedade da Informação”, alguns países lusófonos começaram a adotar políticas de implantação de repositórios de recursos digitais multifuncionais permitindo o acesso das populações às novas tecnologias da informação.

5 O PROCESSO DE FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL DE INFORMAÇÃO GUINEENSE E O DESAFIO DE SUA INTEGRAÇÃO NO AMBIENTE PROFISSIONAL

Depois da proclamação de Independência, os novos dirigentes iniciaram com o processo de reconstituição da memória e da identidade nacional procurando criar núcleos de guarda e sistematização documental que engloba documentos impressos e manuscritos deixados pela administração do governo colonial, dispersos, alguns em avançado estado de degradação. Criou-se dessa forma a Biblioteca pública e Arquivos Históricos³ de tipo «nacionais» sob a dependência do

INEP – Instituto Nacional de Estudo e Pesquisa beneficiando da lei de depósito legal e dos arquivos nacionais.

Seria injusto não referir aqui o papel pioneiro e ainda hoje tão importante desempenhado por estas duas instituições na preservação da memória e identidade nacional.

A euforia da independência, trouxe esperança de uma expansão de bibliotecas e sistemas de informação e documentação um pouco por todo o território nacional tendo em linha de consideração eixos prioritários do novo governo “promover um sistema educativo de qualidade”.

Porém, se é certo que essa iniciativa visou promover uma política de acesso à informação para as comunidades, a verdade é que imensas dificuldades em que estão submetidos estes serviços suscitam motivos de grande preocupação, sendo complexa e grave, vivem numa sucessiva repetição de "sem": “*sem espaço*”, sem verbas, sem orçamento, sem equipamentos, sem capital humano, em fim, sem importância. Existe pouca consciência sobre a relevância do seu papel para o desenvolvimento nacional. Os técnicos da área confrontam-se com as tarefas quase impossíveis, porque os serviços de documentação e bibliotecas não são considerados como prioridades.

Falando da formação superior ou especializada, a Guiné-Bissau figura como um dos últimos países africanos a ter uma universidade. O surgimento do ensino superior na Guiné-Bissau passou por constatação que o país precisava formar internamente seus quadros, com vista a um desenvolvimento durável e auto-sustentado, diminuindo o envio de estudantes para fora do país.

O ano de 2003 foi um marco definitivo para o ensino superior na Guiné-Bissau, com o início das atividades, quase ao mesmo tempo, de duas importantes instituições: a Universidade Amílcar Cabral (UAC) e a Universidade Colinas de Boé (UCB).

Destacando-se o instituto “Tchico Té” que viria a passar à Escola Normal Superior nos anos de 1983-84, com o nível de bacharelato, apenas a Faculdade de Direito criado em 1989 Faculdade de Medicina, em 1986 eram instituições académicas de nível superior. A formação era feita no exterior, sendo a grande maioria na ex-URSS e Cuba, a Área da Biblioteconomia e Ciência da Informação sendo considerada um sector marginal não havia registo de pessoas enviadas para formação nessas áreas.

Nos primórdios de ano 2000, o Brasil, no âmbito das relações que mantêm com o governo da Guiné-Bissau começa a formar profissionais no campo da biblioteconomia e ciência de informação. Esta iniciativa apesar de ser indispensável para o desenvolvimento da carreira, mostra-se infrutífera, os técnicos de nível médio e superior depois de regressarem ao país procuram emprego em outras áreas mais remuneradas e valorizadas.

As bibliotecas, Serviços de documentação e arquivos continuam sendo geridos por poucos profissionais qualificados, em alguns casos sem formação técnica específica cujo aperfeiçoamento se realiza através de acções pontuais.

Como nada leva a crer que a curto e médio prazo haja a possibilidade de ensino médio e superior no domínio da biblioteconomia na Guiné-Bissau, para superar o carácter básico do actual sistema de ensino, não há que subestimar a possibilidade de pensar desde já na formação de um corpo docente com vista a introdução, no futuro, a disciplina de biblioteconomia e ciência da informação nas universidades já existentes, uma vez que a manutenção da actual tendência irá provocar consequências mais sérias para o país.

Segundo um inquérito realizado em 1998 pela Associação guineenses de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (AGDAB), conclui-se que a maioria dos profissionais do sector estão enquadrados nos órgãos de Estado, sendo a maior parte profissionais juniores, designados para a gestão das Bibliotecas e a manutenção da documentação em torno de pequenas unidades de documentação, sem termos de referências concretos. As tarefas de muitos desses técnicos são confundidas com as práticas do secretariado, e na maior parte dos casos, há indivíduos acantonados nesses serviços sem nenhuma formação de base.

O conflito político-militar que assolou o país entre 1998 e 1999 agravou mais a situação tendo deixado uma boa parte dos profissionais em paradeiro incerto, numa altura em que as políticas culturais em matéria de bibliotecas são relegadas por razões económicas e financeiras para a última ordem de prioridades.

Uma situação corroborada pela quase total ausência de processo de reconstituição dos serviços de documentação e bibliotecas, demolidos em consequência do conflito armado colocando alguns técnicos da área fora das estruturas já existentes.

Existe uma ignorância generalizada quanto a importância, as funções e o papel do Bibliotecário, Arquivista e Documentalista, com agravante de que os próprios técnicos, por sua vez nem sempre isoladamente se esforçam para alterar a situação. Embora haja quem esteja atento às mudanças da sociedade do conhecimento e as suas exigências, e tenha buscado agir e participar em cursos de curta duração ou diversas outras formas de superação para encontrar forma identitária que se constrói e reconstrói.

Como forma de contrariar essa tendência, a Associação Guineense de Documentalistas, Arquivistas e Bibliotecários (AGDAB) tem levado a cabo a uma série de actividades de formação e sensibilização

por forma a construir embrião de uma geração de profissionais que possam tomar consciência sobre o valor da profissão.

A ausência de investimentos em meios humanos, técnicos e equipamentos concretos para o funcionamento das Bibliotecas e serviços de informação e a falta de um quadro jurídico que incita o reconhecimento oficial das acções de formação organizadas sob orientação da AGDAB pelas autoridades competentes, são factores que contribuem de forma negativa a fixação dos técnicos na área. Aliás, a característica de formação até então dispensada pela AGDAB em colaboração com a biblioteca pública Nacional e Arquivos Históricos do INEP, de forma esporádica, constitui oportunidades quase únicas para se aperfeiçoar nesta área, sendo difícil de fazer equivalências.

Actualmente, a maior parte dos agentes que exercem função na área são pessoas insuficientemente qualificados alguns ainda deparam-se com problemas não só de adaptação, mas também de reconhecimento oficial e valorização efetiva da sua função.

A AGDAB, enquanto representante da classe profissional da área tem sido o parceiro privilegiado do governo no aperfeiçoamento de Bibliotecários e Arquivistas. A esse título, para além da responsabilidade que exerce para defender valores éticos, vem desempenhando o papel importante na formação de uma geração de profissionais do sector.

No país, as instituições de ensino superior existentes não oferecem cursos de graduação de biblioteconomia e ciências da informação o que tem afastado qualquer possibilidade de formação especializada a nível local. Alguns técnicos, por razão da sua experiência profissional, conseguem superar através de estágios de curta e longa duração fora do país.

Os cursos promovidos pela AGDAB, são orientados para a formação de base com particular ênfase para a formação inicial e desinam-se à contribuir para a integração dos profissionais e para-profissionais da área no seu ambiente de trabalho.

Impõe-se, entretanto, a realização de um estudo em que se articule as tendências da evolução dos sistemas e serviços de informação e os constrangimentos ligados à formação profissional médio e superior. Na génese desta ideia, será indispensável a elaboração de um programa de formação destinado a dotar o país de quadros e mão-de-obra qualificada com base na definição de metas e objectivos de médio e longo prazo.

Daí, torna-se necessário articular a formação de Bibliotecários e Arquivistas e a valorização do papel desempenhado pelas bibliotecas e serviços de informação no processo de desenvolvimento nacional. Nesta base, consciente do que poderá ser utópico imaginar desde já um princípio que consiste na

criação de um currículo para o sector, já não será utópico que se inicie a caminhada para esta direcção.

Conforme a Figura 1, AGDAB tem utilizado a seguinte estratégia para a formação de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas:

Figura 1 – Estratégia para formação de bibliotecários, arquivistas e documentalistas.



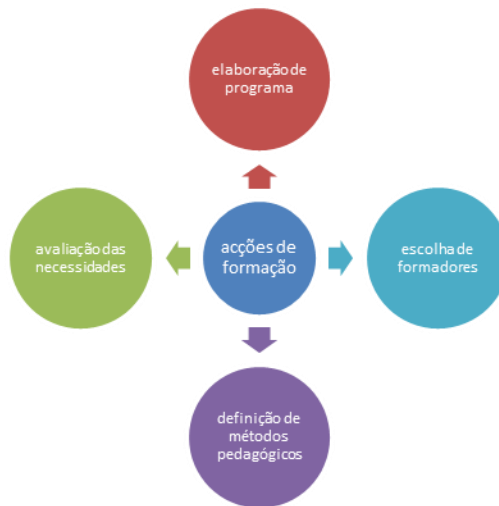
Fonte: Elaborado pelo autor.

É importante sublinhar que todos os programas de formação inicial ou contínua têm um nível de adequação. Nesta base, as actividades de formação subdividem-se em três níveis:

No ponto de vista pedagógico, alguns cursos de nível 1 e 2 são ministrados por técnicos nacionais seleccionados entre os funcionários sénior mais qualificados. Para os cursos de 3º nível recorre-se á especialistas formadores fora do país na sua maioria portugueses, Brasileiros e senegaleses, visando encontrar formula para a preparação técnica e pedagógica de um colectivo de formadores em diferentes níveis e áreas.

É evidente que a AGDAB não dispõe de meios próprios para a organização de sessões de formação tais como equipamentos adequados e meios didácticos, pelo que a colaboração com a Biblioteca Publica Nacional e Arquivos Historicos Nacionais do INEP revelou-se necessario. As acções de formação são realizadas mediante apoios concedidos pelos parceiros internacionais geralmente são de curta duração. São usados os seguintes critérios nas acções de formação: (I) a avaliação das necessidades de formação é feita com base na definição de critérios de selecção racional de participantes a cada sessão; (II) os programas de formação são direccionados ás necessidade manifestadas; (III) a definição de métodos pedagógicos dos formadores são adaptados a cada tipo de acção (Figura 2).

Figura 2 – Acções de formação de bibliotecários, arquivistas e documentalistas.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Um recente estudo realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP) com o apoio do Departamento de Biblioteconomia da Universidade Carlos III de Madrid procurou identificar as mudanças pelas quais passou o mercado de trabalho e que fizeram com que o perfil de muitos técnicos tivesse que ser reformulado, de maneira a responder, de forma adequada, aos novos desafios que se impõem.

Talvez mais do que noutras áreas, os profissionais da informação depararam-se com a necessidade de que as suas práticas e os seus procedimentos sejam identificados e reconhecidos, de forma a continuar beneficiando a sociedade. No entanto, imagina-se que essa busca de novas competências venha a ocorrer de forma gradual e que as instituições educativas estejam a reagir às mudanças, num ritmo talvez demasiado lento para as necessidades de uma sociedade do conhecimento em constante efervescência.

Nesse sentido, procura-se envidar esforços no sentido de ter maior conhecimento sobre a situação do mercado de trabalho, analisar a forma como os profissionais são recebidos e absorvidos, as condições em que desenvolvem o seu trabalho, assim como as eventuais dificuldades que se encontram para responder as necessidades dos utilizadores.

O país vive um momento histórico de profunda crise de paradigmas e de valores, a carreira apresenta vários problemas, desde a ausência de um regulamento geral das carreiras profissionais em que se enquadra o sector da biblioteconomia, até a falta de um órgão de estado actuante responsável pela gestão de bibliotecas públicas.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Wanda do. *Sistemas e serviços de informação em Moçambique*. In: CICLO DE PALESTRAS DO 1º ANIVERSÁRIO DA DABA, Luanda: s.n., 1994.

ALVES, Fernanda Maria Melo. Literacia da informação e bibliotecas no contexto universitário africano: competências para o desenvolvimento e a equidade. *Revista do Centro de Investigação sobre Ética Aplicada*, [s.l.], n. 1, jun. 2012.

AUGEL, Moema Parente. Desafios de ensino superior na África e no Brasil: a situação do ensino universitário na Guiné-Bissau e a construção da guineidade. *Estudos de Sociologia*, Pernambuco, v. 15, n. 2, p. 137-159, 2009.

AUGEL, Moema Parente. *O desafio do escombro nação, identidades e pós-colonialismo na literatura da Guiné-Bissau*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007. 422 p.

BARRY, Boubacar. *Senegâmbia: o desafio da História Regional*. Rio de Janeiro: Centro de Estudos Afro-Asiáticos: Amsterdam: SEPHIS, 2000.

BOUVY, Michel. Stage d'étude regional sur le developpement des bibliotheques publiques en Afrique. *Bulletin des bibliothèques de France (BBF)*, Nigeria, n. 1, p. 31-32, 1963.

DUARTE, Zuleide. A tradição oral na África. *Estudos de Sociologia*, Pernambuco, v. 2, n. 15, p. 181-189, 2009.

FORMATION des Bibliothécaires en Afrique. *Bulletin des Bibliothèques de France*, [s.l.], n. 12, p. 488, 1963.

GOMES, Eduardo de Castro. *A escrita na História da humanidade*. Maranhão: [s.n.], 2015.

GAEY, Doudou Sall. *Le project Forcir de l'EBAD: Une situation de synergies entre E-learning et sciences de l'Information- documentation*. Master II Recherche. Université Paris 8 Saint Denis Vincennes, année universitaire, 2008. 106 p.

LAVSON, Sibi Latré. *Formation de bibliothécaires et de bibliothécaires-documentalistes en Afrique noire: études comparatives*. [S.l.], 1979/1980.

MENOU, Michel J. Cultura, Informação e Educação de Profissionais de Informação. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 25, n. 3, p. 10, 1996.

MOTA, A. Teixeira da. (éd.) Centro de Estudo da Guine-Portuguesa. *Boletim Cultural da Guine-Portuguesa*, n. 32, p. 309-649, 1946.

NIANE, Djibril Tamsir. *Soundjata ou l'épopée mandingue*. [s.l.], 1960.

SANTOS JUNIOR, Roberto Lopes dos. Análise histórica sobre o desenvolvimento da Biblioteconomia e Ciência da Informação em Angola, Moçambique e Etiópia. *Em Questão*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 188-206, 2014.

TANUS, Gabrielle Francine de. Arquivos, bibliotecas e museus: varias histórias. *Biblos: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação*, Lima, v. 28, n. 1, p. 85-110, 2014.

UNESCO. *A Comissão Internacional sobre educação para o século XXI*. Relatório para UNESCO, Educação: um Tesouro a descobrir. Porto: Edições ASA, 1996. 288 p.

UNESCO. *Afrique, conférence d'états africains sur le développement de l'éducation en Afrique*. [s.l.], 15-25 mai 1961.

